

Economia não cobrirá estouro de orçamento

17 DEZ Helival Rios

O Ministério da Economia não vai referendar qualquer estouro dos tetos orçamentários para nenhum setor, quer do Executivo, Legislativo ou Judiciário. Os setores que gastaram mais que o previsto nos tetos de algumas rubricas, terão de obter os recursos cancelando dotações de outros setores vinculados às suas próprias áreas, de modo a cumprir o limite orçamentário global.

Estas explicações são do secretário de Planejamento, Pedro Pulen Parente, que negou ter ido ao Congresso Nacional pedir autorização para extropolar os limites globais da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 1991.

As propostas que o governo vem encaminhando ao Congresso, tanto no que se refere a mudanças na LDO, quanto no que se refere aos pedidos de suplementação de recursos, superiores a Cr\$ 6 trilhões, não implicam alterações dos tetos globais de despesas nem da LDO, nem do Orçamento Fiscal deste ano. Referem-se, ao contrário, a remanejamentos de recursos entre as diferentes rubricas e a certos contábeis.

Mesmo os estouros orçamentários ocorridos nos mais diversos setores com os gastos com pessoal, terão de ser compensados com o cancelamento de outros créditos dentro de uma mesma área.

Assim, quem estourou seus tetos em qualquer área, terá de compensá-los com o cancelamento de dotações destinadas a outras rubricas, e se por um acaso, um setor conseguiu já estourar todos os tetos e o teto global, não poderá se socor-

rer com pedidos de suplementação de recursos, já que as suplementações feitas este ano referem-se a remanejamentos de recursos dentro de uma mesma área.

Os estouros nas rubricas orçamentárias feitos pelas diversas áreas, somaram Cr\$ 1,2 trilhão. Os pedidos de suplementação de recursos para cobrir esses estouros foram feitos à Seplan, mas foram negados, dando-se orientação para que o problema fosse solucionado mediante remanejamento de recursos de uma para outra rubrica.

Esses remanejamentos, contudo, feitos ou através de mudanças na LDO, ou de mudanças na lei orçamentária, têm de passar pelo crivo do Congresso Nacional.

Técnicos do governo reconhecem, contudo, que o Executivo acabou tumultuando o processo de execução do orçamento de 91, ao enviar, de última hora, tantas propostas de reformulações orçamentárias ao Congresso Nacional, que não terá tempo hábil para examiná-las. Isso se deveu, segundo explicações dos técnicos, a uma excessiva morosidade de muitos administradores de algumas áreas e devido à falta de um controle mais sistemático da execução do orçamento, como o que existia antes do governo Collor, com base nas secretarias de Controle Interno.

Mas o importante, contudo, apesar de todo esse tumulto provocado por culpa da morosidade de administradores de alguns ministérios e do Judiciário, é que haverá um cumprimento dos limites globais orçamentários, garantindo-se, ainda, a economia de Cr\$ 6,4 trilhões propiciada pelo contingenciamento feito nas dotações orçamentárias do poder Executivo.